
 <p>ESCOLA DE HUMANIDADES</p>	<p>VERITAS (PORTO ALEGRE) Revista de Filosofia da PUCRS</p> <p>Veritas, Porto Alegre, v. 67, n. 1, p. 1-10, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1984-6746 ISSN-L: 0042-3955</p>
<p> http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2022.1.38295</p>	

SEÇÃO: EPISTEMOLOGIA & FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Truques de Linguagem: implicatura e racionalidade em Paul Grice

Tricks of language: implication and rationality in Paul Grice

Trucos de lenguaje: implicatura y racionalidad en Paul Grice

Karl Heinz Efken¹

orcid.org/0000-0001-5432-5220
karLefken@unicap.br

Fanuel Melo Paes

Barreto¹

orcid.org/0000-0001-6809-8655
fanuel.barreto@unicap.br

Recebido em: 27/05/2021.

Aprovado em: 07/10/2021.

Publicado em: 04/02/2021.

Resumo: A teoria da implicatura constitui o principal legado de Paul Grice aos modernos estudos da pragmática linguística. Embora associado à filosofia da linguagem ordinária, seu pensamento não se apresenta marcado pela aversão à sistematização teórica que, segundo se diz, caracterizou essa corrente filosófica. Pelo contrário, a obra do filósofo inglês, apesar de dispersa em artigos só postumamente reunidos em livro, constitui um esforço coerente e rigoroso de analisar os princípios que explicam o comportamento racional do homem. Este ensaio oferece uma tentativa de interpretação da análise que ele propôs para o fenômeno da implicatura, buscando integrar tal análise, progressivamente, ao quadro mais geral de sua filosofia da linguagem e de sua psicologia filosófica. De passagem, é sugerida uma aproximação, quanto aos propósitos, entre o programa filosófico de Grice e certa ensaística crítica do poeta argentino Jorge Luis Borges, sugestão talvez surpreendente, mas que pode se mostrar instrutiva.

Palavras-chave: Paul Grice. Conversação. Implicatura. Racionalidade.

Abstract: The implicature theory constitutes Paul Grice's main legacy to modern studies of linguistic pragmatics. Although associated with the philosophy of ordinary language, his thinking is not marked by an aversion to theoretical systematisation which, it is said, characterised this philosophical current. On the contrary, the work of the English philosopher, although dispersed in articles only posthumously gathered in a book, constitutes a coherent and rigorous effort to analyse the principles that explain man's rational behaviour. This essay is an attempt to interpret the analysis he proposed for the phenomenon of implicature and seeks to integrate this analysis, progressively, into the more general framework of his philosophy of language and his philosophical psychology. In passing, an approximation is suggested between Grice's philosophical programme and a certain critical essay by the Argentine poet Jorge Luis Borges, a perhaps surprising suggestion, but one that can prove instructive.

Keywords: Paul Grice. Conversation. Implication. Rationality.

Resumen: La teoría de la implicatura es el legado principal de Paul Grice a los estudios modernos de la pragmática lingüística. Aunque asociado con la filosofía del lenguaje ordinario, su pensamiento no está marcado por una aversión a la sistematización teórica que, según se dice, caracterizó esta corriente filosófica. Por el contrario, el trabajo del filósofo inglés, aunque disperso en artículos reunidos postumamente en un libro, constituye un esfuerzo coerente y riguroso para analizar los principios que explican el comportamiento racional del hombre. Este ensayo ofrece un intento de interpretar el análisis que él propuso para el fenómeno de la implicatura, buscando integrar este análisis, progresivamente, en el marco más general de su filosofía del lenguaje y su psicología filosófica. De paso, se sugiere una aproximación, en lo que respecta a los propósitos, entre el programa filosófico de Grice y un cierto ensayo crítico del poeta argentino Jorge Luis Borges, una sugerencia quizás sorprendente, pero que puede resultar instructiva.

Palabras clave: Paul Grice. Conversación. Implicatura. Racionalidad.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, PE, Brasil.

Introdução

Em suas reflexões sobre a metáfora, apresentadas em 1967, por ocasião das conferências Charles Eliot Norton, na Universidade Harvard, o poeta argentino Jorge Luis Borges, discorrendo sobre os "truques" da literatura, ponderou que uma ideia apenas sugerida é de longe mais eficaz do que uma ideia expressamente posta em palavras. O poeta buscou explicação para esse enigma na suposição de que talvez a mente humana abrigue a tendência de negar o que é afirmado de modo explícito, já o meramente insinuado encontra "certa hospitalidade em nossa imaginação" (BORGES, 2000, p. 30-31).

Coincidentemente, também no ano de 1967, entre os temas que escolheu para abordar nas conferências William James, proferidas na mesma universidade, o filósofo inglês Paul Grice (1913-1988) buscou analisar o mecanismo envolvido nas insinuações e sugestões que os participantes de uma conversa se fazem e compreendem sem maior dificuldade. Chamou de "implicaturas" os significados expressos indiretamente, que vão além das palavras, e, consistente com sua postura assumidamente racionalista, expressou o desejo de explicar esse fenômeno e "o tipo padrão de prática conversacional" sob bases racionais (GRICE, 1989, p. 29).

Sem dúvida, o tratamento oferecido por Grice para o fenômeno das implicaturas representa o ponto mais alto de sua contribuição no campo dos estudos da linguagem, uma contribuição tão importante que o credenciaria, no entender de sua biógrafa e intérprete Siobhan Chapman, ao epíteto de "linguista", a par do de "filósofo". (CHAPMAN, p. 2008, p. vii). Entretanto, ele certamente não se sentiria confortável com essa descrição, nem mesmo com a de "filósofo da linguagem". Para Grice, "a filosofia é um assunto, uma única disciplina"; na verdade, segundo ele, "seria possível sustentar que o assunto *último* de toda filosofia somos nós mesmos, ou pelo menos nossa natureza racional" (PETRUS, 2008, p. 1, grifo do autor). Partindo desse pressuposto, pretendemos desenvolver, no presente ensaio, uma interpretação da teoria das implicaturas

elaborada por Grice, buscando integrar, progressivamente, essa teoria à abordagem mais geral do funcionamento da linguagem e à análise do comportamento racional humano conforme delineadas pelo filósofo.

1 Grice: miniaturista ou pintor de grandes telas?

"Grice foi um miniaturista que mudou a maneira como outras pessoas pintam grandes telas" (GRICE, 1989, quarta capa, tradução nossa), disse Simon Blackburn em resenha para o *Times Literary Supplement*. Entre os motivos que conspiram para esse julgamento, talvez se encontre o fato de haver o filósofo publicado apenas artigos e palestras – só postumamente enfeitados em livros – e, também, o de ter ele o nome associado à filosofia da linguagem ordinária, uma corrente que, radicada na Universidade de Oxford, se caracterizou, na visão de muitos, pela aversão às grandes sistematizações teóricas.

É inegável que Grice exemplifica uma tendência entre os filósofos oxfordianos a certo descaso com a publicação de sua produção intelectual, evidente, sobretudo, em J. L. Austin, o mais famoso deles. Mas se neste era a minúcia da investigação, naquele era o notório perfeccionismo que respondia pelo tímido desempenho nessa área. Segundo Chapman (2008, p. 3, tradução nossa), Grice "raramente se mostrava convencido de que seu trabalho estivesse concluído ou aceitável, e, por isso, relutava sempre em publicar".

Entretanto, não parece correto descrever os filósofos da linguagem ordinária como de todo avessos à construção de sistemas teóricos. O próprio Austin coroou sua "botânica linguística [*linguistic botanizing*]" com uma teoria geral de grande repercussão sobre a força ilocucionária dos atos de fala; de acordo com Urmson (, 2011, p. 25, tradução nossa), o que ele deplorava na investigação da linguagem feita até então era a falta de "suficiente pesquisa antes da generalização". No caso de Grice, a suposta aversão aos sistemas teóricos é ainda mais descabida, como demonstram os objetivos que ele se propõe na discussão de certos temas. Por exemplo,

na palestra de abertura em Harvard, o filósofo formula a conjectura de que talvez a explicação para o insucesso de certos atos de fala dependa, em parte, de "alguns princípios mais gerais que governam a comunicação ou mesmo o comportamento racional como tal", com a "capacidade de gerar implicações e sugestões", e acrescenta que, sobretudo por esta última razão, o "principal interesse" de sua reflexão será o de esboçar uma "teoria filosófica da linguagem" (GRICE, 1989, p. 20-21, tradução nossa).

De especial importância nessa passagem é o fato de que o filósofo visualiza a possibilidade de relacionar os princípios que explicam fenômenos linguísticos, ou comunicativos, ao âmbito mais geral do comportamento racional humano. Com efeito, segundo alguns de seus intérpretes, o foco principal do pensamento griceano pode ser descrito como "direcionado aos processos mentais subjacentes ao comportamento humano, fazendo-o explicável como um comportamento racional de fato" (PETRUS, 2008, p. 2, tradução nossa). Na abertura das conferências John Locke, proferidas em Oxford, no ano de 1979, Grice (2001, p. 4, tradução nossa) lembra que "mais de um filósofo **tem** sustentado a visão de que consequências filosóficas de vital importância podem ser derivadas da ideia de um ser racional", e confessa não saber se essas conclusões podem ser realmente alcançadas, "embora tenha uma persistente esperança de que possam, e um insistente desejo de descobrir" (2001, p. 4, tradução nossa).

No entender de Petrus (PETRUS, 2008, p. 2), o arcabouço filosófico contemplado por Grice envolve uma hierarquia de teorias: a psicologia filosófica se ocupa da natureza e função dos conceitos psicológicos; de modo mais específico, a psicologia racional lida com a essência e o comportamento dos seres racionais, abrangendo, entre seus ramos, a filosofia da linguagem, que se encarrega, por sua vez, de uma forma especial de comportamento racional, o linguístico. Algum crítico poderia apontar o risco de se **proporem** esquematizações desse tipo para uma elaboração teórica sobre a qual o próprio autor se

mostrava bastante evasivo quanto à possibilidade de uma interpretação definitiva. Contudo, parece recompensador investir algum esforço na tentativa de oferecer uma compreensão sistemática da teoria das implicaturas no âmbito mais geral do pensamento de Grice, uma vez que, dentro desse quadro, ganha nitidez o *leitmotiv* que dá unidade ao conjunto – a natureza racional do homem, refletida em seu comportamento e sua linguagem.

2 A implicatura como um problema de filosofia da linguagem

A noção de implicatura foi introduzida por Grice (1989, p. 22-40) na palestra "Logic and conversation" – a segunda da série de conferências William James. O exemplo com o qual ele primeiro ilustrou o fenômeno traz o caso em que A e B conversam sobre um amigo comum C, que está agora trabalhando em um banco. A pergunta a B como C está se saindo em seu novo trabalho, ao que B responde: "Ah, creio que está indo muito bem; ele gosta dos colegas e ainda não foi preso." Segundo Grice, não será propriamente necessário, nesse contexto, que A indague a B o que ele quis dizer (o "*implicatum*"), pois está suficientemente claro que a resposta será algo como "C é o tipo de pessoa suscetível de ceder às tentações típicas de seu emprego" ou que "Seus colegas são pessoas insuportáveis e dadas à intriga" (entre outras possíveis). Grice frisa ser evidente que o que B quis sugerir ("implicar"), nesse caso, é diferente daquilo que suas palavras dizem.

O fenômeno foi apresentado em seguida à análise de uma controvérsia lógico-filosófica entre "formalistas" e "informalistas" a respeito da suposta discrepância entre os conectivos lógicos e seus equivalentes na linguagem natural. Segundo Grice, os formalistas veem nessa discrepância uma razão para defender a necessidade de se construir uma linguagem ideal, que corrija as imprecisões e contaminações metafísicas da linguagem natural, de modo que os pronunciamentos da ciência possam ser claros e precisos quanto ao seu valor-verdade; já os informalistas consideram que a linguagem serve a muitos propósitos além

da ciência, que muitas inferências e argumentos formulados em linguagem natural, sem o auxílio dos conectivos lógicos, são reconhecidamente válidos. Entretanto, Grice deixou claro que não tinha o interesse de entrar nesse debate; pretendia apenas mostrar que ambos os lados estavam, de certo modo, equivocados quanto à existência da alegada discrepância e que o equívoco decorria do fato de não se considerarem, com a devida atenção, "a natureza e a importância das condições que governam a conversação" (GRICE, p. 1989, p. 22-24, tradução nossa). Curiosamente, o filósofo não dedicou mais tempo à questão; esperava, talvez, de seus leitores (e ouvintes originais), que depreendessem a solução do problema como uma consequência natural e secundária de sua teoria da conversação. (CHAPMAN, 2008, p. 105). Não deixa de ser interessante, contudo, que ele situe a apresentação dessa teoria nos limites mais imediatos de um problema clássico da filosofia analítica – a reforma da linguagem natural com os instrumentos fornecidos pela lógica moderna.

Porém, na sequência das conferências William James, o tratamento do fenômeno da implicatura vem relacionado à outra questão, está discutida com certo detalhe ainda na palestra de abertura (GRICE, 1989, p. 3-21) e suscitada por uma "manobra" [*maneuver*] comum entre os filósofos da linguagem ordinária – tomar como parte do significado de palavras e expressões as condições de sua aplicabilidade no discurso, ou, em terminologia mais recente e técnica, incluir no conteúdo semântico de palavras e expressões as restrições pragmáticas de uso. Embora não rejeite de todo esse procedimento, Grice elenca uma série de exemplos em que sua aplicação parece "suspeita", daí a necessidade de se descobrir um "método" para distinguir entre os casos legítimos e ilegítimos de aplicação. Ao longo e ao final da análise desses exemplos suspeitos, ele sugere (seguindo a opinião de John Searle) que, no caso de condições de aplicabilidade relacionadas às circunstâncias do falante, a impropriedade no uso da palavra ou expressão relevante seria mais bem explicada "pela referência a certos princípios gerais do discurso ou do comportamento racional"

(GRICE, 1989, p. 20, tradução nossa). Sendo assim, em vez de pôr-se à procura de um método para decidir sobre a aplicabilidade da referida manobra, Grice prefere dedicar-se, nas palestras seguintes, a desenvolver uma "teoria filosófica da linguagem", na qual tentará sistematizar esses princípios. Aqui também, a busca pela solução do problema em foco é colocada de lado, na esperança de que algo conducente a uma resposta resulte, como efeito lateral, das consequências mais gerais e mais importantes da teoria. Percebe-se, então, que, para Grice, a construção dessa teoria atende a interesses explanatórios mais ambiciosos do que a mera resolução dos problemas tradicionais que ele toma como ponto de partida para apresentar sua proposta. Mas ressalte-se que, na perspectiva griceana, esses problemas decorrem da questão mais fundamental sobre os princípios gerais que governam o discurso, e, portanto, a resposta depende de uma melhor compreensão da natureza de tais princípios.

2.1 A implicatura conversacional: natureza e mecanismo

Grice tratou a implicatura como um processo inferencial. Segundo ele, o fenômeno se manifesta sob duas formas: as implicaturas "convencionais" (discutidas em nossa próxima seção) e as "não convencionais". Uma subclasse destas últimas – designada de "conversacionais" – recebe particular atenção do filósofo por estar especialmente conectada aos princípios gerais do discurso, mais caracteristicamente, da conversação ordinária (GRICE, 1989, p. 25-26). Segundo ele, tais princípios obedecem a uma hierarquia. O mais geral, o princípio da cooperação, reza: "Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo reconhecido propósito ou direção do intercâmbio de fala em que você está engajado" (GRICE, 1989, p. 26, tradução nossa). Os demais, chamados de "máximas" e identificados pelas categorias kantianas de quantidade, qualidade, relação e maneira, não são propriamente derivações do princípio maior, mas instruções com ele consistentes que estabelecem restrições ao comportamento do

falante (KASHER, 1976). Grice (1989, p. 202-205) propõe a seguinte formulação para eles:

Categoria da quantidade

1. Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido (pelos atuais propósitos do intercâmbio).

2. Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido.

Categoria da qualidade

1. Não diga o que você acredita ser falso.

2. Não diga algo para o qual lhe falta evidência adequada.

Categoria da relação

1. Seja relevante.

Categoria da maneira

1. Evite obscuridade de expressão.

2. Evite ambiguidade.

3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).

4. Seja organizado [orderly].

Apesar de formulados no modo imperativo dos verbos, os princípios não se definiriam como "regras" conversacionais, mas como expectativas ou presunções com as quais os interlocutores operam. Grice reconhece a possibilidade da existência de diversas outras máximas (por exemplo, "Seja polido"); contudo, as que foram elencadas (e as implicaturas a elas associadas) têm a natureza comum de serem adaptadas ao propósito que o filósofo considera primário no intercâmbio conversacional: a troca de informação com a máxima eficiência (embora reconheça ele ser essa uma especificação "por demais estreita").

Tanto o princípio da cooperação quanto as máximas integram, de modo crucial, o mecanismo inferencial das implicaturas conversacionais, juntamente com outros "dados", quais sejam: o significado convencional e a referência das palavras usadas; o contexto, linguístico e outros; os conhecimentos de fundo [*background knowledge*]; o fato ou a suposição de que os participantes da conversação sabem ou assumem que todas essas condições são mutuamente acessíveis. Grice (1989, p. 31, tradução nossa) propõe o seguinte "padrão" para o processo de depreensão

de uma implicatura conversacional:

Ele [o falante] disse que p ; não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas, ou pelo menos o Princípio da Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que pense que q ; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso perceber que a suposição de que ele pensa que q é requerida; ele nada fez para me impedir de pensar que q ; ele pretende, ou, pelo menos, deseja permitir que eu pense que q ; então ele fez a implicatura de que q .

O filósofo descreve esse processo como um "cálculo": "interpretar uma implicatura conversacional é calcular o que se deve presumir de modo a se preservar a suposição de que o Princípio da Cooperação está sendo observado [...]" (GRICE, 1989, p. 39 - 40, tradução nossa).

O exemplo oferecido na seção 2, acima, ilustra, a contento, um caso de implicatura conversacional. Considerando-se a pergunta de A ("Como C está se saindo em seu novo trabalho, no banco?") A resposta de B ("Ah, creio que está indo muito bem; ele gosta dos colegas e ainda não foi preso"), clara e (supõe-se) intencionalmente, fere ("explora") a máxima da quantidade (diz mais do que o requerido) e, talvez, também a máxima da relevância (já que traz uma informação no mínimo inesperada ao contexto da conversa). Tais "dados" demandam que A calcule o que B quis implicar ao dizer o que disse. Casos assim, em que a depreensão da implicatura depende estreitamente de certos aspectos específicos do contexto, são chamados por Grice de "implicaturas conversacionais particularizadas".

Porém, o filósofo observa que há certas palavras ou expressões cuja presença em um enunciado normalmente gera implicaturas, independentemente da especificidade dos contextos, desde que não haja indicação explícita de cancelamento. Por exemplo, quando alguém diz "X está se encontrando com uma mulher esta tarde", normalmente implicata que a mulher em questão não é próxima (mãe, irmã etc.) de X. Tal implicatura está vinculada ao uso da expressão "uma mulher", em associação a uma das máximas da quantidade ("Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido"), que, em sendo

a mulher uma pessoa próxima a X, determinaria uma maior especificação da referência. Observe-se que, se acrescentássemos à expressão a cláusula "que é sua mãe (ou irmã etc.)", a implicatura seria cancelada. Os casos desse tipo, Grice chamou de "implicaturas conversacionais generalizadas".

2.2 Significado convencional e significado não convencional

Em um artigo de 1957, "Meaning", portanto, bem anterior a "Logic and conversation", Grice elabora a noção do que chamará, posteriormente, de "significado do falante" [*utterer's meaning*]: dizer que A significou algo por meio do enunciado x é equivalente a dizer que "A teve a intenção de que o enunciado x produzisse certo efeito em uma audiência pelo reconhecimento dessa intenção" (GRICE, 1989, p. 220), tradução nossa). Um aspecto decisivo da noção assim definida se encontra na importância conferida à intenção do falante como equivalendo ao próprio significado. Mas há outros aspectos a serem ressaltados, como observa:

Primeiro, ele [Grice] introduz os ouvintes, tanto quanto os falantes, no tratamento do significado. A intenção de comunicar não é suficiente; essa intenção deve ser reconhecida por alguma audiência para que a comunicação tenha sucesso. Assim, o falante deve ter uma intenção adicional de que a intenção de comunicar seja reconhecida (CHAPMAN, 2008, p. 63, tradução nossa).

Nesse mesmo artigo, ganha corpo uma questão com que o filósofo foi se defrontando progressivamente: a distinção entre o significado convencional das palavras, fixado pelo sistema de uma língua, e o significado não convencional, que o falante associa às expressões nas situações particulares de uso. Tal distinção marca uma sensível diferença entre a postura assumida por Grice e a posição adotada, à época, pela maioria dos filósofos da linguagem (inclusive Austin) e que pode ser resumida no slogan wittgensteiniano: "Não procure o significado, procure o uso" (CHAPMAN, 2008, p. 63, tradução nossa; BACH, 2007, p. 24). O contraste entre o significado convencional e o não convencional tem uma consequência importante

no âmbito da linguística moderna, fornece a base e o argumento para o estabelecimento de uma fronteira entre duas disciplinas: a semântica, que se ocupa do sentido de palavras e expressões fixado pelo sistema linguístico, e a pragmática, que se dedica ao estudo do significado vinculado ao ato discursivo. Convém, entretanto, assinalar que essa fronteira e o argumento em que se baseia não são ponto pacífico entre os estudiosos. Por exemplo, P. F. Strawson, ex-aluno e por muitos anos colega de Grice em Oxford, vê como fadada ao fracasso qualquer tentativa de excluir da "área sagrada da teoria semântica" todas as considerações entendidas como meramente pragmáticas, exatamente porque "permanece indisputável" a centralidade da noção de intenção comunicativa (em moldes griceanos) para uma compreensão do significado "linguístico" (isto é, convencional) (STRAWSON, 2008, p. xxix-xxx, tradução nossa).

Em todo caso, a distinção entre os dois tipos de significado viria a ser, posteriormente, crucial na caracterização das implicaturas conversacionais:

Em termos aproximados, visto que o cálculo sobre a presença de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão cuja enunciação produz a implicatura, um *implicatum* conversacional será uma condição que não é incluída na especificação original da força convencional da expressão (GRICE, 1989, p. 39, tradução nossa).

Resumindo, de acordo com Grice, a parte do significado que o falante associa a uma expressão por meio de uma implicatura conversacional (ou seja, o que ele quer sugerir) não pertence ao significado convencional dessa expressão (isto é, o que dizem suas palavras).

Contudo as palavras do filósofo deixam claro que, conforme já visto na seção anterior, o significado convencional das expressões usadas é levado em conta como um "dado" no cálculo de uma implicatura conversacional. Além disso, como também já vimos, Grice contemplou, em sua tipologia das implicaturas, um lugar para aquelas que ele denominou de "convencionais". Nestas, o significado convencional de uma expressão usada é suficiente para gerar o *implicatum*. Por

exemplo, quem profere o enunciado "Pedro é analfabeto, mas é inteligente" diz, convencionalmente, que 1) "Pedro é analfabeto", e 2) "Pedro é inteligente", mas sugere (implicata) um suposto conflito entre as duas asserções. Note-se que, para tal sugestão ser depreendida, é suficiente apenas o conhecimento das convenções de uso do vocábulo "mas".

Portanto, no âmbito do significado do falante, Grice reconhece um lugar tanto para o significado convencional quanto para o não convencional. De fato, no ensaio "Utterer's meaning, sentence meaning, and word-meaning", de 1968, ele explicita o seu programa para caracterizar a significação total do que é enunciado pelo falante. Esclarece que seu objetivo é traçar uma distinção entre o que o falante "disse" e o que ele "implicou", levando em consideração o fato de que o que é implicado pode sê-lo de modo convencional ou não convencional (GRICE, 1989, p. 118, tradução nossa). Essa descrição do programa que constitui o tema para o ensaio vale também como uma caracterização adequada do objetivo perseguido ao longo das conferências William James: em poucas palavras, a explanação do fenômeno geral da significação no âmbito da interação verbal, tendo como ponto de partida o fenômeno específico das implicaturas.

3 Implicatura como um problema da psicologia filosófica

Contudo, da totalidade da significação veiculada no discurso, a parcela não convencional tem para Grice o peso maior. Na verdade, ele chega a reconhecer que, na distinção dizer/implicar, "dizer" talvez tenha um sentido até certo ponto "artificial"; ou seja, a distinção é, em certa medida, uma abstração analítica. (GRICE, 1989, p. 118). O motivo principal para a atenção de Grice com as implicaturas não convencionais, especialmente, as conversacionais, é que, nestas, entram em jogo, de modo decisivo, os princípios gerais que regem a comunicação verbal (o princípio da cooperação e as máximas). Ao caracterizar esses princípios, o filósofo revela seu propósito mais abrangente: para ele, não é suficiente a

mera constatação empírica de que as pessoas, de fato, se comportam como o descrito.

Sou, [...], racionalista o bastante para querer encontrar uma base que subjaz a esses fatos, por mais inegáveis que sejam; gostaria de poder pensar o tipo padrão de prática conversacional não meramente como algo que, *de fato*, todos ou a maioria de nós seguimos, mas como algo *razoável* a ser seguido, algo de que nós não devêssemos nos afastar (GRICE, 1989, p. 29, tradução nossa, grifo do autor).

A análise do fenômeno das implicaturas e a teoria da linguagem que Grice desenvolve atendem, portanto, ao declarado propósito de compreender a linguagem no contexto do comportamento racional do homem.

A racionalidade humana é o tema central das já referidas conferências de John Locke, intituladas "Aspects of reason" (GRICE, 2001). De acordo com seu editor, Richard Warner, mesmo retrabalhadas por Grice até o final da vida, em 1988, as conferências foram publicadas sob forma ainda inacabada, assemelhando-se mais a "um passeio por uma paisagem variada" do que a "um retrato preciso de um terreno bem definido". No entanto, elas se permitem tomar como uma unidade (WARNER, 2001, p. vii-xxxviii, viii, tradução nossa). O principal fator para isso é descrito por Warner nas seguintes palavras:

Ele [Grice] estava comprometido em ver as pessoas como agentes racionais e em ver as ações racionais, pelo menos em parte, como reveladas por derivações explícitas de justificações racionais para as atitudes e ações. *Aspects of reason* é sua explicação do liame existente entre os argumentos explícitos que podemos contruir – mas frequentemente não o fazemos, e as atitudes e ações que compõem nossa vida diária (WARNER, 2001, p. x, tradução nossa).

Sem nos determos no formalismo da análise concebida por Grice para a estrutura das derivações argumentativas envolvidas na justificação de crenças e ações, cabe notar que o seu conceito fundamental para exprimir a racionalidade de tais crenças e ações é o de "aceitabilidade", abrangendo a "aceitabilidade alética ou epistêmica" (das crenças) e a "aceitabilidade prática" (das ações e atitudes). Em toda a sua discussão, o filósofo opera com as ideias básicas de que

razão é a capacidade que se manifesta no ato de raciocinar [*reasoning*] e raciocínio é a produção de uma cadeia de inferências que levam a conclusões deriváveis de algumas premissas iniciais com o propósito de justificar crenças ou ações (2001, p. 5). Segundo Marina Sbisà (2006, p. 241-244, tradução nossa), além desse conceito de razão, por ela chamada de "racionalidade argumentativa", percebe-se, na obra do filósofo, uma segunda concepção (diferente, mas não conflitante com a primeira) que a autora designa de "racionalidade instrumental" e que corresponde, essencialmente, ao princípio da adequação eficiente entre meios e fins.

Vimos, na seção 2.1, acima, que, dentre as máximas possíveis de serem identificadas, Grice privilegia aquelas que, no seu entender, estão especialmente adaptadas ao propósito primordial da conversação – a troca de informação com o máximo de eficiência. Essa escolha mostra que Grice contempla o fenômeno da implicatura, até certo ponto, sob a ótica de uma racionalidade instrumental, o que parece reforçado pela seguinte passagem:

[...] gostaria de ser capaz de mostrar que a observância do Princípio da Cooperação e das máximas é razoável (racional) ao longo das seguintes linhas: é de se esperar que qualquer um que se preocupe com os objetivos que são centrais à conversação/comunicação [...] deve ter o interesse, nas situações apropriadas, de participar de intercâmbios conversacionais que sejam proveitosos apenas sob a presunção de que se conduzem em geral acordo com o Princípio da Cooperação e das máximas (GRICE, 1989, p. 29- 30, tradução nossa).

Com efeito, duas das tendências mais importantes da pragmática moderna, inspiradas em Grice, a pós-griceana (SPERBER; WILSON, 1995) e a neogríceana (LEVINSON, 2000), tratam a racionalidade das implicaturas conversacionais em termos instrumentais, como fator de otimização da comunicação. (SBISÀ, 2006). É o que faz, também, o filósofo Asa Kasher (1976), ao propor a substituição do princípio discursivo da cooperação por um princípio geral de racionalidade que disporia sobre a maximização da eficiência das ações.

Entretanto, para Grice, o componente argumentativo envolvido na concepção de razão se mostra preponderante, como indica a insistência do filósofo em descrever o mecanismo da implicatura como um cálculo, uma derivação inferencial. Embora ele não se detenha na discussão sobre a natureza da razão em nenhum outro lugar de sua obra, a noção de cunho argumentativo é fundamental para a própria teoria do significado do falante, como assinala Warner (2001, p. vii-xxxviii, viii-ix, tradução nossa): "o poder explanatório da teoria está em ver o falante fazendo um raciocínio sobre qual enunciado produzir, e em ver o ouvinte fazendo um raciocínio no sentido de uma resposta"

Mas, como também reconhece Warner (2001, p. x, tradução nossa), "o problema está em que as pessoas dificilmente raciocinam dessa maneira quando se comunicam". No caso específico das implicaturas, a dificuldade tem a ver com a pouca plausibilidade de uma efetiva implementação, na mente do ouvinte, de um cálculo nos moldes propostos por Grice. Todavia, Grice não exige que uma implicatura conversacional seja efetivamente calculada pelo ouvinte; sua apreensão pode se dar até mesmo pela intuição. Tudo o que Grice (1989, p. 31, tradução nossa) requer, como característica decisiva do fenômeno, é que tal intuição "seja substituível por um argumento". Como salienta Sbisà (2006, p. 239, tradução nossa), a calculabilidade não é a mesma coisa que o cálculo efetivo. Desse modo, para Grice, a racionalidade envolvida na implicatura conversacional decorre de sua calculabilidade, isto é, da possibilidade de se justificar a presença de uma implicatura pela construção de um argumento baseado nos princípios que governam o discurso.

Face ao problema levantado por Warner (e muitos outros), um modo de compreendermos a postura de Grice é considerarmos a conduta metodológica que ele propôs para a construção e validação de teorias no seio de uma psicologia filosófica. Grice caracterizou tal conduta como "construtivista" e a descreveu no discurso presidencial que proferiu, sob o título de "Method in philosophical psychology (from the banal to the

bizarre)", durante o encontro anual da Associação Filosófica Americana, em 1975, e é assim resumida por Chapman (2008, p. 151-152, tradução nossa):

O filósofo constrói o arcabouço de uma estrutura mental, como exigido pelo comportamento a ser explicado. O filósofo é capaz de se manter ambivalente quanto à realidade ou não do estado mental proposto, desde que seja bem-sucedido do ponto de vista explanatório. De fato, a habilidade de desempenhar um papel ativo na explicação do comportamento é a única medida disponível sobre a realidade dos estados mentais.

Diferentemente daqueles que postulam uma realidade ou implementação, digamos, neurofisiológica para os estados mentais associados aos processos interpretativos do discurso (como o fazem os psicolinguistas, por exemplo), Grice assume que um processo ou estado mental é real na medida em que a sua postulação ajuda a explicar um determinado comportamento sob foco. Portanto, para ele, as implicaturas têm sua presença justificada quando se pode construir um cálculo inferencial a partir de premissas que envolvem os princípios organizadores do discurso. Essa metodologia exige apenas que uma teoria seja logicamente consistente, simples e explique os fatos – ou seja, as condições de validade de uma teoria psicológica de cunho filosófico são internas ao sistema formado pela teoria e o comportamento a ser explicado, não requerendo o apoio de teorias originárias de outras áreas do conhecimento (por exemplo, da fisiologia) (GRICE, 1991). Vista sob esse ângulo, então, a explicação do fenômeno das implicaturas proposta por Grice envolve a construção de uma teoria psicológica de natureza filosófica (integrada pelo princípio da cooperação e pelas máximas), que descreve, sob a forma de um "cálculo", a operação de determinados mecanismos inferenciais, vale dizer, de determinados processos mentais, associados a comportamentos referidos ordinariamente por expressões como "sugerir" ou "insinuar". Sob o mesmo ângulo metodológico, a "realidade" dos mecanismos assim descritos é postulada em função do poder explanatório, da consistência lógica e da simplicidade alcançados pela descrição, não requerendo suporte de outra natureza.

Considerações finais

Ao longo da passagem referida na introdução deste ensaio, Jorge Luis Borges apresenta um exemplo tomado ao poema "Stopping by woods on a snowy evening", de Robert Frost, em que este recorre, no final da quarta e última estrofe, à repetição de um verso inteiro: "And miles to go before I sleep" (FROST, 1995, p. 207, tradução nossa). É interessante notar que Borges emprega, intuitivamente, o que poderíamos considerar um princípio análogo a uma das máximas griceanas da maneira, a que desaconselha o uso da redundância ("Evite a prolixidade"), pois o poeta argentino interpreta que, por força dessa repetição, os termos "miles" and "sleep", na segunda ocorrência, se imantam de novos sentidos: de um valor temporal, o primeiro; da noção de "morrer", o segundo. O poeta argentino justifica o americano dizendo que se este optasse por dar uma forma mais precisa às mesmas ideias, obteria como resultado um verso bem menos eficaz.

"Creio nos mistérios razoáveis, não nos milagres brutos", confessou Borges, no ensaio "Elementos de preceptiva", de 1933, ao considerar os motivos da "repentina glória ou do imediato fiasco de um verso". Com a expressão "mistérios razoáveis", falava ele das causas complexas, até obscuras, mas ainda acessíveis ao exame racional, falava da "tenaz conspiração de porquês para que uma rosa seja rosa". Temos, assim, um poeta que insistia na via da razão para explicar algo que poetas preferem atribuir à operação do inefável ou ao desígnio da Musa. Para ele, a literatura era "fundamentalmente um feito sintático" (BORGES, 1998, p. 55-58). Talvez, à luz de Grice, pudéssemos acrescentar: e pragmático.

De fato, ainda que surpreendente, parece instrutiva uma aproximação entre os dois pensadores no que tange ao propósito comum de compreender racionalmente os meandros, os truques da linguagem: Borges, do discurso literário; Grice, do discurso ordinário. Se este procura desmontar a lógica do mecanismo inferencial da conversação – a implicatura – sob a forma de um "cálculo" que opera com um conjunto limitado de princípios, aquele, por sua vez, busca entrever

na diversidade aparentemente infinita da figura poética – a metáfora – um estoque limitado de padrões que ele admite mesmo chamar de “equações” (BORGES, 2000, p. 23, tradução nossa).

Porém, enquanto Borges, em sua ensaística crítica, se contenta com a análise da metáfora nos limites do ofício do verso, Grice se propõe compreender a implicatura no âmbito mais geral da natureza racional do homem – e fazê-lo, de modo sistemático, nos planos teóricos sucessivamente mais amplos de uma filosofia da linguagem e de uma psicologia filosófica. Embora pulverizado no processo um tanto aleatório de suas publicações, tal projeto se mostra passível de reconstrução e interpretação devido à coerência e ao rigor do pensamento – não obstante o estilo muitas vezes anárquico – desse filósofo que se encontra nos fundamentos da pragmática linguística moderna.

Referências

BACH, Kent. Regressions in pragmatics (and semantics). In: BURTON-ROBERTS, Noel (ed.). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007. p. 24-44.

BORGES, Jorge Luis. Elementos de preceptiva. In: MONEGAL, Emir Rodríguez (org.). *Jorge Luis Borges. Ficcionario: una antología de sus textos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 55-58.

BORGES, Jorge Luis. *This craft of verse*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

CHAPMAN, Siobhan. *Paul Grice: philosopher and linguist*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

FROST, Robert. *Collected poems, prose, and plays*. New York: Literary Classics of the United States, 1995.

GRICE, Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

GRICE, Paul. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GRICE, Paul. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KASHER, Asa. Conversational maxims and rationality. In: KASHER, Asa (ed.). *Language in focus: foundations, methods and systems*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976, p. 197-216.

LEVINSON, Stephen C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

PETRUS, Klaus. Introduction: Paul Grice, philosopher of language, but more than that. In: PETRUS, Klaus (ed.). *Meaning and analysis: new essays on Grice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 1-30.

SBISÀ, Marina. Two Conceptions of Rationality in Grice's Theory of Implicature. In: BACCARINI, Elvio; PRIJIC-SAMARŽIJA, Snježana (ed.). *Rationality in Belief and Action*. Rijeka: University of Rijeka Press, 2006. p. 233-247.

SPERBER, Dan.; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

STRAWSON, Peter Frederick. *Freedom and resentment and other essays*. 2. ed. London: Routledge, 2008.

STRAWSON, Peter Frederick. *Logico-linguistic papers*. 2. ed. Aldershot: Ashgate, 2004.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

URMSON, James Opie. Austin's philosophy. In: FANN, K. T. (ed.). *Symposium on J. L. Austin*. 2. ed. Oxford: Routledge, 2011. p. 22-32.

WARNER, R Richard. Introduction: Grice on reasons and rationality. In: GRICE, Paul. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. vii-xxxviii.

Karl Heinz Efken

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professor e pesquisador no curso de Filosofia e em Programas de Pós Graduação em Filosofia e em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em Recife, PE, Brasil.

Fanuel Melo Paes Barreto

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFP), em Recife, PE, Brasil. Professor Assistente I da Universidade Católica de Pernambuco. Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em Recife, PE, Brasil.

Endereço para correspondência

Karl Heinz Efken/ Fanuel Melo Paes Barreto
Universidade Católica de Pernambuco
Rua do Príncipe, 526
Boa Vista, 50050-900
Recife, PE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.